



VII SINGEP

Simposio Internacional de Gestao de Projetos, Inovacao e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

ESPORTE PARALÍMPICO BRASILEIRO: DA INCLUSÃO SOCIAL AO ALTO RENDIMENTO

ERONILTON BRITO SANTOS

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

JOÃO PAULO DE LARA SIQUEIRA

Universidade Nove de Julho



ESPORTE PARALÍMPICO BRASILEIRO: DA INCLUSÃO SOCIAL AO ALTO RENDIMENTO

Resumo

Diante da constatação de que a população de pessoas com deficiência (PCD) no Brasil representa aproximadamente 24% da população total, muitas ações tem sido implemmentadas ao longo das últimas décadas, desde a determinação de cotas de contratação de empregados pelas organizações, como obrigatoriedade de instalação de dispositivos de acessibilidade em locais de acesso ao público, como ainda incentivo fiscal a programas de inclusão. Dentre as muitas políticas públicas para a inclusão das PCD, no presente relato técnico, apresentaremos como um projeto de inclusão social tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento que visam participar dos grandes eventos de esporte adaptado de abrangência nacional e internacional. Como objeto de estudo, utilizaremos o trabalho desenvolvido pelo Instituto Daniel Dias, que promove inclusão social através do esporte, promovendo a recepção, acompanhamento e desenvolvimento de atletas de natação paralímpica em vários estilos, e, ainda que não seja sua missão o esporte de alto rendimento, tem se mostrado eficiente no desenvolvimento destes atletas.

Palavras-chave: Inclusão social; Esporte paralímpico; Esporte de alto rendimento.

Abstract

In view of the fact that the population of people with disabilities (PCD) in Brazil represents approximately 24% of the total population, many actions have been pushed over the last decades, from the determination of employee hiring quotas by organizations, such as installation of accessibility devices in places of public access, as well as fiscal incentives for inclusion programs. Among the many public policies for the inclusion of PCDs, in this technical report, we will present how a social inclusion project has contributed to the formation of high-performance athletes that aim to participate in major sport events adapted nationally and internationally. As a study object, we will use the work developed by the Daniel Dias Institute, which promotes social inclusion through sport, promoting the reception, follow-up and development of athletes of paralympic swimming in various styles, and, although it is not their mission the high sport, it has performed efficiently in the development of these kind of athletes.

Keywords: Social inclusion; Paralympic sports; High performance sport.



1. Introdução:

A questão da inclusão social de pessoas com deficiência (PCD) é recorrente no Brasil há pelo menos duas décadas. Ainda que possa parecer um tema específico e claramente delineado, na prática, demonstra-se algo complexo e demandante de ações abrangentes e específicas, como todas as iniciativas que envolvem entender e atender necessidades humanas. Andrade et al (2014) em sua análise acerca das políticas de inclusão social de Pessoas com Deficiência pelo esporte, argumenta que a legislação tem evoluído através de leis que garantem o direito dessa população nos vários âmbitos, propondo políticas públicas e ações abrangentes com vistas a atender a heterogeneidade da população.

Conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que representa aproximadamente uma população de 46 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual, auditiva, motora ou mental/intelectual.

Segundo o próprio Governo brasileiro, através de seu portal Saúde na internet, inclusão social de Pessoas Com Deficiências (PCD) significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando-lhes o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público. Tal direito também está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1948.

Em se tratando de inclusão social através do esporte, um grande exemplo que o Brasil pode oferecer é o movimento paralímpico conduzido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), cuja missão é organizar a participação do Brasil em competições continentais, mundiais e jogos paralímpicos, promovendo o desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos, em articulação com as organizações nacionais, e promover a universalização do acesso das pessoas com deficiência à prática esportiva em seus diversos níveis, conforme sua missão, expressa em sua página principal na internet.

Diante do contexto apresentado, algumas indagações emergem acerca das possíveis formas de incluir socialmente e de atrair contingente de Pessoas com Deficiência para a prática esportiva. Uma possível resposta parecer despontar através de ações das entidades não governamentais cuja missão perpassa pelo interesse principal de oferecer acesso a uma vida social mais integral às PCD.

Considerando esse ambiente e as circunstâncias apresentadas em uma entidade criada com a finalidade de promover inclusão social, o presente relato tem como objetivo identificar como a inclusão social de pessoas com deficiência (PCD) pode contribuir para o esporte paralímpico brasileiro. Para tanto, foi realizada um estudo junto à entidade objeto da pesquisa e como sua experiência tem se promovido resultados concretos para o esporte paralímpico, ainda que sua missão não esteja vinculada ao esporte de alto rendimento, mas, sim, à inclusão social.

No presente trabalho, abordaremos os conceitos relativos inclusão social pelo esporte paralímpico, como alguns autores tratam dos mesmos, como esses temas convergem e, em seguida apresentaremos resultados de uma observação feita junto a uma entidade que surgiu como instrumento de inclusão social pelo esporte e com uma afinidade nata de atuar junto ao esporte paralímpico. Por fim, apresentaremos algumas ponderações necessárias e delegaremos aos leitores e interessados, perspectivas para novas pesquisas ou aprofundamento das discussões propostas ao final.



2. Referencial Teórico

Como forma de elucidar os conceitos aplicados ao estudo e elaboração do presente relato, neste capítulo faremos uma breve apresentação dos constructos utilizados no que diz respeito ao esclarecimento e qualificação dos conceitos de inclusão social pelo esporte, esporte paralímpico e esporte de alto desempenho.

2.1. Inclusão Social pelo Esporte

Andrade et al (2014) argumenta que a criação da Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001, contribuiu para uma evolução no entendimento da pessoa com deficiência e do processo de inclusão, por considerar o indivíduo e o meio social em que vive e que a CIF representa uma ferramenta para formulação de políticas públicas eficazes no âmbito da vida social das pessoas com deficiência e da população em geral.

As diferenças corporais - sejam elas qualificadas como deficiência ou não – são expressões da diversidade humana e, em sociedades com valores democráticos, a disponibilidade de mecanismos para proteção às diversidades implica definir quais diversidades devem ser protegidas e como protegê-las (SANTOS, 2008). Com base nesse pensamento, após pressões populares e previsão constitucional a partir da Constituição de 1988, foram criados dispositivos legais para a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência.

O esporte como instrumento de inclusão social é o principal mote da declaração das diretrizes organizacionais do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), pois, em suas declarações de Visão e Missão se comprometem a promover a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade em todas as suas dimensões, desde a iniciação ao alto rendimento a fim de tornar-se referência mundial na gestão e desenvolvimento do Esporte Paralímpico.

Do ponto de vista legal, a Lei 11.438/06 trata de incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e, em seu Art. 2º, define que os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos naquela Lei, com vistas atender a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento: desporto educacional, desporto de participação, e, desporto de rendimento. Especificamente, o parágrafo 1º daquela lei diz que poderão receber os recursos oriundos dos incentivos ali previstos os projetos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social. Complementando esse objetivo social, o parágrafo seguinte veda a utilização dos recursos de incentivos previstos para pagamento de remuneração de atletas profissionais em qualquer modalidade esportiva.

2.2. Esporte Paralímpico

Para Marques et al (2009), o esporte paralímpico, ainda que herdeiro dos princípios do esporte moderno, tem oriem sócio-histórica e as razões para seu surgimento são diferentes do olímpico, pois aquele deriva do esporte adaptado que tem a finalidade de reabilitação e inclusão social, enquanto o segundo surgiu de conformações sociais ligadas à transmissão de valores morais e da tendência da sociedade ao controle da violência, principalmente em relação aos jogos populares. Considerando essa diferenciação entre esporte paralímpico e esporte olímpico, adotamos o primeiro na forma descrita como conceito básico no desenvolvimento de nossa pesquisa bibliográfica e de campo.



O esporte adaptado não chega a ser um tema novo de discussão e demanda por desenvolvimento. Nesse sentido, Brazuna e Castro (2001), ao tratar da trajetória do atleta com deficiência, lembra que o esporte para pessoas com deficiência no Brasil nasceu em 1958, com Robson de Almeida, portador de paraplegia, fundador no Rio de Janeiro o primeiro clube de esporte do gênero: o Clube do Otimismo.

Questões mais atuais pertinentes ao esporte paralímpico dizem respeito ao tema como algo que carece de outras leituras, semelhante ao que ocorre ao esporte de maneira geral, sejam de caráter institucional, comercial, ou legal. Sobre essa expansão na forma de lidar com o tema, Santos et al (2018), ao relacionar o esporte paralímpico e a mídia, ressalta a visibilidade do tema a partir do ano 2000, pelo crescimento da cobertura jornalística dos eventos promovido pelo investimento do CPB no sentido de promover o esporte em função da escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Paralímpicos.

2.3. Esporte de Alto Rendimento (artigo 217 da CF)

O esporte de alto rendimento brasileiro, observado nos grandes eventos ocorridos nessa última década em nosso País, vem apresentando resultados satisfatórios que nos colocam em posição de aproximação com algumas grandes potências esportivas globais, ainda padece de algumas deficiências do ponto de vista institucional. Conforme sítio da Agência Brasil, em 2016 o País saltou da 37^a para a 35^a posição no ranking histórico dos jogos olímpicos, ocupando o 13^o lugar no quadro de medalhas dos jogos realizados no Rio de Janeiro. Quanto ao esporte paralímpico, ainda que o Brasil tenha ficado em posição inferior à edição anterior, ocupando o 8^o lugar no quadro de medalhas, a mesma Agência Brasil, relata que o País saltou da 26^a para a 23^a posição em toda a história dos Jogos Paralímpicos.

Conceituar o esporte de alto rendimento não chega a ser a tarefa mais simples que se supunha. Para Campos et al (2017) a prática do esporte de alto rendimento pode ser considerado como carreira profissional, uma vez que observa fases específicas de alcance de resultados que devem ser gerenciados para atingir alta performance, similar a outras carreiras. Segundo esses autores, as semelhanças entre carreira convencional e esportiva residem na necessidade de reconhecimento social, retorno financeiro, necessidade de profissionalização, desenvolvimento de disciplina e empenho linear.

Já, para Bastos (2017), há uma carência notável do ponto de vista de conceituação e adoção de políticas e práticas compartilhadas que visem à construção de um sistema de esporte de alto rendimento baseado nos princípios da governança (equidade, transparência, prestação de contas e prestação de contas). Conforme a autora, os países que têm o esporte de alto rendimento controlado pelo governo e outras organizações apresentam estrutura de gestão coordenada entre essas instituições.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais como direito de cada um, diferenciando o tratamento para o desporto profissional e o não profissional. Porém, no que diz respeito às políticas de governo voltas ao esporte de alto rendimento, há alguns exemplos de deficiência em sua aplicação, como mencionam De Castro et al (2016), ao citarem uma ação denominada “Detecção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento”, para a promoção da avaliação de mais de 150 mil crianças e adolescentes e a detecção de mais de 7 mil talentos esportivos, criando um “Banco de Talentos”. Segundo os autores, tal iniciativa fracassou pelo não aproveitamento dos talentos pelas instituições formadoras pelo desconhecimento desse banco de dados.



3. Metodologia

O presente relato técnico foi realizado com base na experiência observada junto a uma entidade criada com a finalidade de promover a inclusão social através do esporte, com maior atuação junto às pessoas com deficiência (PCD), desde crianças e adolescentes cujos pais procuram meios de oferecer-lhes práticas esportivas e atividades terapêuticas, até jovens e adultos que se encontram de alguma forma excluídos ou em busca de novas oportunidades de se sentirem parte da sociedade. Dentre os indivíduos atendidos pela entidade, há pessoas com diversos tipos e níveis de deficiência, desde físicas, motoras, sensoriais e mentais, sendo que em alguns casos, as deficiências existem desde o nascimento e, em outros, resultantes de quadros patológicos durante a vida e, ainda, em outros casos, sequelas de acidentes.

A entidade pesquisada para realização do presente relato é um projeto em fase de expansão e estruturação organizacional, trata-se do Instituto Daniel Dias (IDD), entidade não governamental, sediada na cidade de Bragança Paulista e idealizada pelo atleta paralímpico brasileiro que lhe empresta o nome, Daniel Dias, nadador reconhecido mundialmente como destaque em sua modalidade, com a ajuda de seu pai e outros apoiadores.

Para realização do presente relato, promovemos várias visitas e reuniões junto ao IDD, discutindo com seu presidente, Sr. Paulo Dias, as questões relativas aos objetivos, conquistas e dificuldades encontradas pela entidade para cumprir sua missão. Também foram realizadas várias conversas com alguns participantes dos projetos como técnicos, professores e atletas em fase inicial e outros já participantes de competições de alto rendimento.

O atendimento realizado pelo IDD é feito nas piscinas públicas cedidas pela Prefeitura da cidade de Bragança Paulista, que atua como apoiadora do projeto. Há uma equipe de profissionais que atuam como colaboradores que recebem ajuda financeira por projeto realizado com financiamento através da Lei nº 11.438/2006. Essa equipe é formada por dois técnicos de natação, sendo um responsável pelo acolhimento dos novos assistidos, principalmente crianças, cuja prática da natação é apenas recreativa e inclusiva, enquanto outro técnico direciona sua ação junto àqueles participantes que demonstram interesse em se dedicar às competições. Além dos técnicos de natação, há ainda uma professora de natação e dois estagiários de educação física.

O IDD possui um Estatuto Social, datado de 02 de junho de 2014, estabelecendo-se como entidade associativa, constituída por uma Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Porém ainda não dispõe de uma estrutura administrativa, sede ou corpo de gestão. Todas as atividades administrativas, logísticas e até comerciais são desenvolvidas pelos próprios dirigentes, corpo técnico, além de familiares de atletas que atuam como voluntários.



4. Resultados Obtidos e Análise

Recorrendo à proposta original da inclusão social pelo esporte (Brazuna e Castro, 2001) e analisando o programa pesquisado, torna-se possível identificar no contexto apresentado que o programa de inclusão social de Pessoas com Deficiência é um meio em potencial para fomento do esporte paralímpico brasileiro, pois, ainda que não seja o foco principal da entidade o encaminhamento de atletas para as competições em alto nível, há aqueles que se empenham e buscam se desenvolver no paralimpismo.

Na prática, foi possível observar que a entidade é resultado do sonho de um atleta de alto rendimento de proporcionar a outras pessoas com mobilidade reduzida, a chance de praticar esporte. Somente a presença do Daniel Dias como fundador do projeto, já estimula jovens com deficiência que procuram o instituto sonhando com a possibilidade de também se destacar no esporte paralímpico. Em conversa com vários participantes, há uma declaração recorrente de respeito e admiração pelo Daniel Dias, por sua história e exemplo que os inspira a buscar vencer seus próprios desafios.

Retomando ao objetivo proposto, a realidade apresentada pelo IDD ratifica plenamente a ideia de que a inclusão social de PCD pelo esporte pode e, neste caso, definitivamente contribui para a formação de atletas de alto rendimento brasileiro, pois dentre os atendidos pela entidade, um grupo aproximado de 40 indivíduos de diferentes faixas etárias que frequentam o projeto, há um grupo que oscila em torno de 15 atletas que participa de competições de natação paralímpica de âmbito nacional, em diferentes estilos. Ainda neste contexto, o corpo técnico e a direção do instituto tem uma meta de incluir 5 atletas com índice para participar dos Jogos Paralímpicos de Tokio em 2020.

Corroborando com os conceitos apresentados nos referenciais teóricos apresentados, no IDD pudemos constatar a prática da inclusão social pelo esporte, o desenvolvimento do esporte paralímpico, bem como a preparação e atuação de atletas para competições de alto rendimento.

Para melhor ilustrar o ambiente pesquisado e suas práticas, apresentamos na lauda seguinte, algumas fotografias disponibilizadas pelos membros da entidade. Tais fotos representam um pouco das atividades desenvolvidas, deixando transparecer também um ambiente de trabalho colaborativo, senso de equipe, liderança e espírito de superação.



Foto 1: Vista da piscina pública municipal da Cidade de Bragança Paulista, durante evento.



Fonte: Foto de acervo cedida pelo IDD.

Foto 2: Equipe de atletas e técnicos em local de competição.



Fonte: Foto de acervo cedida pelo IDD



Foto 3: Atletas do IDD se preparando para participar de competição.



Fonte: Foto de acervo cedida pelo IDD

Foto 4: Atleta do IDD em momento de competição.



Fonte: Foto de acervo cedida pelo IDD



5. Considerações Finais

Em nossa interação com a entidade, na busca por entender sua atuação, percebemos que a questão de delimitação entre o esporte de alto rendimento e o esporte amador provoca algumas dúvidas junto aos potenciais apoiadores ou patrocinadores. Se considerarmos o esporte de alto rendimento como uma carreira, como diz Campos et al (2017), por integrar um sistema de valores econômicos e não apenas sociais. Sendo assim, o apoio ao esporte profissional, deixa de ser apenas um apoio o incentivo e assume características de patrocínio, cuja finalidade se modifica substancialmente.

Por outro lado, como foi proposto ao início do presente relato, ainda que o alto rendimento não seja a finalidade da entidade estudada, por conta do histórico de vida e sucesso de seu idealizador, Daniel Dias, muitos dos indivíduos assistidos se declararam muito envolvidos pelo desafio de atingir resultados superiores e poderem participar de competições em suas modalidades. Há também aqueles que se declaram satisfeitos pelo simples fato de poderem se sentir inseridos em um projeto que lhes possibilita resgatar sua autoestima e contribuir com outros cidadãos em situações de exclusão com ações efetivas ou mesmo pelo exemplo de superação.

Para realização do presente trabalho, nos deparamos com outras questões latentes e que certamente demandam um olhar atento e maiores investigações, como por exemplo, a questão do apoio financeiro e o patrocínio a iniciativas de inclusão social pelo esporte. No Brasil, dispomos de uma legislação atuante no que diz respeito à inclusão de PCD no mercado de trabalho, definindo cotas de contratações para as organizações de maneira geral e temos a lei de incentivo ao esporte. Pois bem, e se consideramos que o esporte, assim como diz Campos et al (2017) também pode se configurar como carreira, conseqüentemente poderia se enquadrar na lei de cotas de empregados. Por aqui, tais questões são apenas conjecturas e seu aprofundamento pode ser explorado em outros trabalhos.

De qualquer forma, fica a sensação de dever cumprido ao relatar um exemplo de iniciativa de cunho social cujos resultados vão muito além, pois promovem não apenas um meio de tirar da ociosidade forçada pessoas com algum prejuízo em sua condição física, sensorial ou mental, como também possibilita a essas mesmas pessoas e outras tantas a elas vinculadas por laços afetivos, a oportunidade de se sentirem motivadas, orgulhosas pelo que fazem e ainda gerando exemplos que sensibilizam a sociedade como um todo.

**Referências:**

ANDRADE, Andresa Caravage et al. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, 2015.

BASTOS, Flávia da Cunha. O sistema e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento olímpico no Brasil. **Revista USP**, n. 110, p. 72-78, 2017.

BRAZUNA, Melissa Rodrigues; CASTRO, E. M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Motriz**, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001.

CAMPOS, Rafaella Cristina; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MACIEL, Luiz Henrique Rezende. Carreira Esportiva: O Esporte de Alto Rendimento como Trabalho, Profissão e Carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 1, p. 31-41, 2017.

DE CASTRO, Suélen Barboza Eiras; POFFO, Bianca Natália; DE SOUZA, Doralice Lange. FINANCIAMENTO DO ESPORTE DE RENDIMENTO NO BRASIL: PROGRAMA “BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO”(2004-2011). **Revista brasileira de ciência e movimento**, v. 24, n. 3, p. 146-157, 2016.

DOS SANTOS, Silvan Menezes et al. Mídia e Jogos Paralímpicos no Brasil: a cobertura da Folha de S. Paulo entre 1992 e 2016. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 2018.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/brasil-sobe-de-37o-para-35o-no-quadro-de-medalhas-com-19-conquistadas-no> - consulta realizada em 04/08/2018

<http://www.cpb.org.br/web/guest/institucional> - consulta realizada em 01/08/2018

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm - consulta realizada em 01/08/2018

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217_.asp - consulta realizada em 01/08/2018

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 23, n. 4, p. 365-377, 2009.



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 18, p. 501-519, 2008.